

A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE CONHECIMENTO

Sociology of Education as a knowledge field

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes
cristinagfer@ufscar.br

Resumo Abstract

Este ensaio tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a Sociologia da Educação como campo de conhecimento essencial para a compreensão da realidade educacional. A partir da contextualização histórica do surgimento da Sociologia e de seu objeto de estudo, situamos o campo da Sociologia da Educação. Destacam-se duas formas principais de organização e sistematização da multiplicidade teórica da Sociologia da Educação: os paradigmas do consenso e o do conflito e as análises macro e microsociológicas do processo educacional. Conclui-se que o caráter multiparadigmático da Sociologia da Educação amplia as possibilidades de compreensão da realidade, considerando-se importante, contudo, a superação de visões dicotômicas e fragmentadas que têm expressado o desacordo teórico-metodológico no campo da Sociologia da Educação.

Palavras-chave: sociologia da educação; paradigma do consenso; paradigma do conflito; microsociologia; macrosociologia.

This essay aims to present some reflections on the Sociology of Education as an essential knowledge field for the understanding of the educational reality. We have placed the field of the Sociology of Education taking into account the historical background of the emergence of Sociology and its object of study. There are two major forms of organization and systematization of the theoretical multiplicity of the Sociology of Education: the Consensus Paradigm and the Conflict Paradigm, and the Macro and Microsociological analyses of the Educational Process. We conclude that the multiparadigmatic nature of the Sociology of Education expands the possibilities of reality understanding, considering important, however, to overcome fragmented and dichotomous views that have expressed the theoretical and methodological disagreement in the field of the Sociology of Education.

Key words: sociology of education; consensus paradigm; conflict paradigm; micro sociology; macro sociology.

]A Sociologia da Educação tem se mostrado um campo de conhecimento amplo e bastante significativo para a compreensão da realidade educacional, estando presente em grande parte das pesquisas em educação. Entretanto, diversos autores (SILVA, 1990; DANDURAND e OLLIVIER, 1991; COSTA e SILVA, 2003; MARTINS, 2003) têm apontado para a constante dificuldade, entre os pesquisadores, particularmente no Brasil, de assumirem a Sociologia da Educação como campo privilegiado de produção de conhecimento.

]Contraditoriamente, foi por meio da educação que a Sociologia se estabeleceu no Brasil, num movimento semelhante ao francês, em que Durkheim, fundador da Sociologia na França, foi também o primeiro autor a escrever sobre Sociologia da Educação (COSTA e SILVA, 2003).

No Brasil os pioneiros da educação, principalmente Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira viam a Sociologia como uma ferramenta que contribuiria para garantir uma “educação para a sociedade”. Entretanto, com a institucionalização da Sociologia e a criação da USP e da Escola Livre de Sociologia e Política, a questão da educação vai perdendo terreno para discussões e temas de maior interesse dos sociólogos, como industrialização, urbanização, cultura nacional e relações raciais.

Como evidenciam Costa e Silva (2003, p.106) “ainda hoje o relacionamento entre sociologia e educação é difícil”, o que fica evidenciado pelo pouco diálogo entre o Grupo de Trabalho (GT) Educação e Sociedade, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), e o GT Sociologia da Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Também são poucas as universidades brasileiras, cujos Programas de Pós-Graduação em Sociologia apresentam a linha de pesquisa em Sociologia da Educação.

Entretanto, pensando no Brasil atual, em nosso sistema educacional e na necessidade de políticas educacionais mais efetivas, torna-se urgente a reflexão sobre a Sociologia da Educação como campo de conhecimento essencial para a compreensão da realidade educacional.

Nesse sentido, este ensaio tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre o caráter multiparadigmático da Sociologia da Educação, campo de conhecimento que, desde suas origens, se pauta por diferentes referenciais teórico-metodológicos.

O surgimento da Sociologia: conjuntura histórica e objeto de estudo

O surgimento da Sociologia, no âmbito do conhecimento científico, é resultado de um lento processo de aquisição de conhecimentos sobre a natureza e a sociedade que se desenvolveu, principalmente, a partir do século XV, no contexto das grandes transformações que desagregaram a sociedade feudal e constituíram a sociedade capitalista.

A expansão marítima e o comércio ultramarino, as reformas protestantes, o surgimento dos Estados nacionais e o crescente desenvolvimento científico e tecnológico marcaram, profundamente, a sociedade europeia, alterando radicalmente as formas de entender e explicar a natureza e a sociedade.

É em tal contexto que se fortalece nos séculos XV e XVI a utilização do conhecimento racional, da experimentação e observação como formas de explicação do universo e da sociedade, em contraposição ao dogmatismo e à autoridade da Igreja Católica.

Com o desenvolvimento de produtos manufaturados e das primeiras máquinas de tecer e descaroçar algodão e o uso do vapor como fonte de energia, desenvolve-se nos séculos XVII e XVIII um novo processo produtivo chamado “maquinofatura”, que altera de forma significativa as relações sociais

da época. Passa a ser cada vez mais comum a utilização do trabalho assalariado, não só de homens, mas também de mulheres e crianças, tornando-se imprescindível no sistema fabril. Além de tais mudanças na esfera da produção, emergem também, nesse período, novas formas de organização política, com a exigência da representação popular. Marca este período a ocorrência da Revolução Americana e da Revolução Francesa, que explicitam claramente os novos ideais republicanos e democráticos, em oposição ao sistema monárquico de governo.

No século XIX, com a Revolução Industrial e a consolidação do modo de produção capitalista na Europa, desenvolve-se um novo conjunto de ideias voltado para a compreensão do processo de constituição do sistema capitalista. Tal conjunto configura uma nova ciência, a Sociologia, como “ciência da sociedade”.

Enquanto fruto da Revolução Industrial, a Sociologia é considerada também como “ciência da crise”, uma vez que procura responder às questões colocadas pelas transformações socioeconômicas, políticas e culturais que alteraram toda a sociedade europeia e o mundo no século XIX.

Ainda hoje, no final da primeira década do século XXI, vivemos em um mundo marcado por mudanças, conflitos e tensões sociais, pelo avanço tecnológico e a possibilidade real de destruição do ambiente natural.

Estudar e compreender tal cenário em que vivemos torna-se crucial. Nesse sentido, a Sociologia surge como importante conjunto de conhecimentos teóricos e significativas implicações práticas para nossas vidas.

Segundo Giddens (2005, p. 24), a Sociologia pode ser definida como

o estudo da vida social humana, dos grupos e das sociedades. É um empreendimento fascinante e irresistível, já que seu objeto de estudo é nosso próprio comportamento como seres sociais.

Tal definição evidencia claramente a abrangência dos estudos sociológicos, e nos coloca diante da possibilidade de compreender o mundo social a partir de diferentes pontos de vista, o que pode resultar em maior autoconhecimento. Para Giddens (2005, p. 27), “quanto mais sabemos por que agimos como agimos e como se dá o complexo funcionamento de nossa sociedade”, mais capazes seremos de influenciar o nosso próprio futuro.

As preocupações dos pioneiros da Sociologia no século XIX com a ruptura dos modos de vida tradicionais e as mudanças trazidas pelas grandes revoluções, Industrial e Francesa, colocaram questões fundamentais, desafiando-os a apresentarem um novo modo de explicar e entender o mundo social e natural. Suas explicações formaram um quadro teórico extremamente rico e diverso, com propostas radicalmente diferentes para tais transformações, como evidenciam as contribuições de Marx, Durkheim e Weber, autores clássicos associados ao desenvolvimento do pensamento sociológico que fundamentam, ainda hoje, as questões essenciais discutidas pela Sociologia e pela Sociologia da Educação. (KONDER, 2002; TURA, 2002; VILELA, 2002).

A Sociologia da Educação e seus fundamentos

Uma das questões estudadas pela Sociologia desde as suas origens é a educação, temática que adquiriu um espaço especial para o seu estudo, com a criação da Sociologia da Educação.

Enquanto ramo específico da Sociologia, a Sociologia da Educação centra-se na análise da educação com a utilização dos enfoques, conceitos, métodos e referenciais teóricos da Sociologia, os quais são, desde o surgimento dessa nova ciência, bastante diferentes, conforme afirma Silva (1990), sendo possível falarmos, talvez, em Sociologias da Educação.

Nesse sentido, o campo de conhecimento da Sociologia da Educação tem sido relacionado essencialmente a duas formas de organização e sistematização de tal multiplicidade teórica: o campo das análises macro e microsociológicas do processo educacional e a organização dos diferentes referenciais teóricos em dois grandes paradigmas, o do consenso e o do conflito (GOMES, 1994).

Deriva de tal afirmação a compreensão de que a Sociologia da Educação envolve tanto o estudo dos múltiplos processos sociais que se desenvolvem na sala de aula e nas escolas, quanto os sistemas escolares e as relações amplas entre a educação e a estrutura social. Seu foco de atenção direciona-se tanto para a escolarização, para o processo educacional na escola, quanto para a educação de maneira mais ampla, considerando, inclusive, os processos educacionais informais por meio dos quais o homem se torna um ser social.

Nessa mesma direção, Silva (1990, p. 3-4) afirma que:

[...] quando se fala em Sociologia da Educação pensa-se imediatamente no estudo das grandes relações entre processos sociais amplos e resultados amplos dos processos educacionais, como, por exemplo, entre certas características da economia capitalista e a produção de desigualdades sociais via escolarização. Existem, entretanto, setores no campo da SE cuja preocupação principal e exclusiva não tem nada a ver com esses processos sociais mais gerais, mas com processos sociais produzidos no nível de pequenas unidades sociais, como a sala de aula, e seus efeitos neste nível, como o demonstra toda uma linha de estudos de inspiração interacionista ou fenomenológica [...].

Na perspectiva do autor, tal situação evidencia a dificuldade de falarmos de uma única Sociologia da Educação. Entretanto, a grande diferença entre os referenciais teóricos, as temáticas abordadas e a orientação política no campo da Sociologia da Educação não é diferente no campo da própria Sociologia vista de maneira mais ampla, consistindo, segundo Giddens (2005), numa característica intrínseca dessa nova ciência social. Entendemos, porém, que seja importante assinalar tais diferenças e que a cada temática e teoria correspondem a diferentes posicionamentos políticos e metodológicos que precisam ser claramente assumidos por pesquisadores e educadores.

Ao analisar o desenvolvimento dos diferentes estudos sociológicos da educação Gomes (1994, p. 19) considera a existência de duas fases distintas, às quais correspondem “dois paradigmas, ou seja, maneiras pelas quais são vistos o campo de estudos, identificados os temas para investigação e especificados conceitos e métodos legítimos: os paradigmas do consenso e do conflito”.

O paradigma do consenso se desenvolveu com base nas teorias funcionalistas que sustentam, fundamentadas em Durkheim, que a sociedade é um sistema complexo, formado por diversas partes que se articulam para produzir estabilidade e solidariedade. De acordo com Giddens (2005) o funcionalismo atribui grande importância ao consenso moral para que se mantenha a ordem e a estabilidade social. O consenso moral existe quando as pessoas compartilham os mesmos valores, estabelecendo-se um equilíbrio social, considerado como o estado normal da sociedade.

Esse paradigma floresceu, segundo Gomes (1994), particularmente, do período posterior à Segunda Guerra Mundial até os anos de 1960, época marcada pela Guerra Fria entre as duas grandes potências de então, EUA e URSS. O clima de instabilidade política, com intensa competição e conflitos entre as duas superpotências, e a necessidade de integração interna gerada, impulsionaram a ampliação de estudos sociológicos da educação, em que a questão educacional era concebida como fator de democratização, de distribuição de renda e melhoria da natureza humana.

Na visão funcionalista, a educação é entendida como socialização, como possibilidade de integração social, podendo contribuir para a mudança social e a modernização. Nessa perspectiva, a educação consiste, ainda, em respostas às necessidades de formação técnica e científica, voltadas para a qualificação da mão de obra para o mercado. Segundo Dandurand e Ollivier (1991, p. 122), a ideologia do Pós-Guerra marca o campo teórico das ciências sociais e se baseia no

reconhecimento por todos do direito a uma formação segundo suas aptidões e suas preferências, na necessidade de uma mão-de-obra mais qualificada, no desenvolvimento da ciência e da tecnologia

A partir de 1960, desenvolve-se um novo cenário socioeconômico e político de contestações aos padrões estabelecidos. Lutas internas e crescentes problemas econômicos culminam, na década de 1970, com a crise do petróleo.

Nesse novo contexto, o predomínio do paradigma do consenso entra em decadência, estabelecendo-se o domínio do paradigma do conflito como novo quadro teórico e explicativo para as transformações em curso. A educação deixa de ser vista como alavanca de transformação social e se apresenta como um processo de manutenção do poder estabelecido, como um mecanismo central na reprodução das desigualdades sociais (DANDURAND; OLLIVIER, 1991).

No paradigma do conflito, representado, principalmente, pelas teorias marxista e neomarxista, a sociedade é vista como um conjunto de grupos em constante conflito, em que se estabelecem processos de dominação de uns sobre os outros. No lugar do consenso espontâneo, desenvolve-se a ideia de que a educação consiste em um processo de instauração de um consenso imposto, ou seja, a educação passa a ser vista como “um instrumento dissimulado de dominação e reprodução da estrutura de classes” (GOMES, 1994, p. 21). Na perspectiva marxista, não é possível existir uma educação livre ou universal, enquanto existirem classes sociais.

Além da base marxista, que enfatiza o conflito de classes, muitos teóricos do paradigma do conflito remontam suas concepções aos escritos de Weber, e entendem as diferenças de interesse relacionadas mais amplamente à autoridade e ao poder. Como afirma Giddens (2005, p. 35) “Em todas as sociedades há uma divisão entre aqueles que mantêm a autoridade e aqueles que são largamente excluídos dela, entre os que fazem regras e os que obedecem a elas”.

Apesar de contribuírem para organizar e delinear as diferentes perspectivas teóricas no campo da Sociologia e da Sociologia da Educação, é importante compreender, conforme aponta Petitat (1994), a necessidade de superação da dicotomia existente nas análises do paradigma do consenso e do conflito, entendendo que a educação e a escola contribuem tanto para a produção quanto para a reprodução da sociedade, uma vez que a realidade é muito mais complexa e contraditória que tais construções teóricas binárias. Para o autor, a instituição escolar pode servir ao poder constituído e, ainda assim, colaborar, a longo prazo, para sua ruína, como evidenciam claramente a história das escolas elementares na Inglaterra

e França que, ao contribuírem para a socialização, controle e disciplinarização da classe operária, contribuíram, também, com a generalização da leitura e escrita, para a constituição da consciência de classe e a organização dos proletários.

Na verdade, para Petitat (1994, p. 262):

As relações entre escolas e esferas do poder social e político se caracterizam por alterações bruscas e repentinas reestruturações de conjunto, separadas por longos períodos de ‘estabilidade’, nos quais, na realidade, se desenrolam inúmeras lutas de influência. As relações entre a escola e os sistemas de valores também estão sujeitas a acelerações em seu ritmo, mas ‘o grau de viscosidade’ aumenta, pois não se muda a mentalidade dos professores e dos pais de um golpe. No que tange aos conteúdos culturais e científicos, as relações escola-sociedade também seguem seu ritmo próprio, mesmo sendo este ritmo dependente, também, dos grupos ou das classes no poder.

Outra visão dicotômica dos estudos da Sociologia da Educação diz respeito à sua sistematização em abordagens micro e macrosociológicas.

As abordagens microsociológicas se fundamentam basicamente na perspectiva fenomenológica, nos estudos sobre ação social e no interacionismo simbólico, e dizem respeito ao estudo do comportamento cotidiano em situações de interação pessoal.

No interacionismo simbólico, conforme indica Brandão (2001, p. 157), os significados são definidos a partir das relações sociais que se estabelecem em cada circunstância, decorrente das reações do outro, “e o que define as atitudes são as imagens, significados, sinais e linguagem que interagem na definição das situações em que se encontram os atores sociais”. Outra perspectiva microsociológica de inspiração fenomenológica é a Etnometodologia, que se desenvolveu com base em uma inovação metodológica e “se pretendia mais adequada ao conhecimento de como os atores constroem suas próprias normas em situações (culturais) específicas do cotidiano e com o recurso à linguagem” (BRANDÃO, 2001, p. 158).

Tais perspectivas microsociológicas surgem, portanto, em contraposição às teorizações mais gerais e estruturais da vida social. Segundo Giddens (2003, p. 35):

Se as perspectivas funcionalistas e de conflito enfatizam as estruturas que servem de apoio à sociedade e influenciam o comportamento humano, as teorias de ação social dão maior atenção à ação e à interação dos membros da sociedade, ao formar aquelas estruturas. Considera-se, aqui, que o papel da sociologia é abarcar o significado da ação social e da interação, mais do que explicar quais forças externas às pessoas induzem-nas a agir da forma que agem.

Contrariamente, os estudos de macrosociologia são aqueles que utilizam principalmente as teorias marxista e neomarxista ou teorias do conflito e se preocupam com os sistemas sociais mais amplos, como o sistema político e a ordem econômica. Suas análises envolvem processos históricos de mudança, como o desenvolvimento do industrialismo e da urbanização.

Apesar de diferentes, as abordagens micro e macrosociológicas são também complementares e essenciais, para uma compreensão mais abrangente do cotidiano da vida educacional. Tomando como exemplo a questão das relações de poder na educação, percebe-se que o processo educacional é permeado por relações de poder tanto em âmbito estatal, governamental e macro, quanto em um nível molecular, capilar ou micro, evidenciado no interior das instituições escolares.

Nas análises macro, no campo da Sociologia da Educação, as relações de poder na educação e no currículo têm sido discutidas com particular atenção, propondo-se a análise do currículo em termos estruturais e relacionais. Ou seja, o currículo é entendido como estando estreitamente relacionado às estruturas econômicas e sociais mais amplas, não se constituindo em um corpo neutro e desinteressado de conhecimentos, mas sim no resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes e grupos dominantes, como se percebe, por exemplo, nas obras de Apple (1986; 1989).

Para Apple é importante identificar e compreender os interesses que orientam a seleção de um determinado conteúdo curricular, bem como as relações de poder envolvidas no processo de seleção que resultou em um determinado currículo. Nesse sentido, a análise de Apple (1989) considera elementos da teoria marxista da sociedade como centrais. A dinâmica da sociedade capitalista baseia-se na dominação de classes, na dominação dos grupos que detêm a propriedade dos recursos materiais de produção sobre aqueles que possuem apenas sua capacidade de trabalho. Tal característica da organização da economia na sociedade capitalista influencia tudo o que ocorre em outras esferas sociais, como a educação e a cultura. No entanto, como alerta Silva (1999) para Apple, a ligação de determinação entre economia e educação não é tão simples e direta, mas mediada pela ação humana. Ou seja, os campos educacional e cultural não são um simples reflexo da economia, eles têm sua própria dinâmica, tanto na forma como reproduzem imposições e domínio quanto na resistência e oposição ao currículo oficial.

No plano microssocial, as relações de poder foram estudadas, entre outros, por Foucault (2003). Em oposição ao marxismo, Foucault concebe o poder não como algo que se possui, nem como algo fixo, ou partindo de um centro, mas como uma relação, como móvel e fluido, como capilar e estando em toda parte. Na perspectiva de Foucault o exercício do poder, mesmo em instituições totais, nunca é o poder total e absoluto. Em suas palavras:

A partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação e condições determinadas e segundo uma estratégia precisa (FOUCAULT, 2003, p. 241).

Visto dessa maneira o poder é entendido principalmente como relação. De maneira concreta, o poder se manifesta na cotidianidade, no espaço das relações. O que atribui significado e substância ao poder são as práticas disciplinadoras, regulamentadoras e não as leis. Não se trata de negar as estruturas objetivas promotoras de poder, mas de recuperar a consciência, de olhar para a esfera da subjetividade, que é onde, de fato, o poder se materializa para Foucault (2003).

Apesar de suas diferenças, concordamos com Brandão (2001), quando defende a necessidade de superação dos antagonismos teórico-metodológicos entre as abordagens micro e macrosociológicas, no campo da pesquisa em Sociologia da Educação. Para a autora, fundamentada em Alexander (1987), presenciamos “um novo movimento teórico” em que uma nova geração de autores pós-marxistas, influenciados pela microteoria norte-americana, tem desenvolvido esforços no sentido de juntar ação e estrutura. “A consciência da complexidade dos processos envolvidos nas relações e transformações sociais estimulou”, segundo a autora, várias tentativas de “ligar os planos micro e macrosociais, assim como os processos individuais ao sistema social mais amplo”.

A possibilidade de compreensão mais ampla da realidade, com elementos teóricos micro e macrosociais nos parece particularmente interessante. A Sociologia da Educação compõe um corpo teórico

fundamental para a compreensão da sociedade e da escola, dos estudantes, suas famílias e práticas pedagógicas dos diferentes agentes educacionais. Nesse sentido, os fundamentos sociológicos da educação constituem importante instrumento de apoio ao trabalho docente e à formação de futuros educadores, contribuindo para a mudança de imagens e representações já construídas sobre a educação, a escola e os sujeitos que participam do processo de ensino-aprendizagem.

É importante, contudo, que o trabalho docente não se constitua em “doutrinação”, em formação de seguidores de uma única abordagem teórica tida como verdadeira, ou única resposta a todas as questões da realidade. É preciso ter o cuidado de apresentar as diferentes correntes teóricas que integram o campo da Sociologia da Educação e exercitar a vigilância epistemológica em nosso trabalho (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002), sem cair, evidentemente, na defesa de uma impossível neutralidade científica.

Entendemos, enfim, que a Sociologia da Educação constitui um campo denso de conhecimentos sobre a realidade e que pode fomentar, entre os estudantes, a possibilidade de enfrentamento dos dilemas do mundo contemporâneo e a exploração de suas múltiplas alternativas.

Referências

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 2, n. 4, p. 5-30, jul. 1987.

APPLE, Michael. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. Vendo a educação de forma relacional: classe e cultura na sociologia do conhecimento escolar. *Educação e realidade*, v. 11, n. 1, p. 19-34, 1986.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.; PASSERON, J. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRANDAO, Zaia. A dialética micro/macro na sociologia da educação. *Caderno de Pesquisa*, n. 113, p. 153-165, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742001000200008&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: nov. 2010.

COSTA, Marcio da; SILVA, Graziella Moraes Dias da. Amor e desprezo: o velho caso entre sociologia e educação no âmbito do GT-14. *Revista Brasileira de Educação*, n. 22, p. 101-120, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n22/n22a10.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.

DANDURAND, Pierre; OLLIVIER, Émile. Os paradigmas perdidos: ensaios sobre a sociologia da educação e seu objeto. *Teoria e Educação*, n. 3, p. 120-142, 1991.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Tradução Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOMES, Candido A. *A educação em perspectiva sociológica*. 3. ed. São Paulo: EPU, 1994. (Temas Básicos de educação e ensino).

KONDER, Leandro. Marx e a sociologia da educação. In: TURA, Maria de Lourdes R. (Org.). *Sociologia para educadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. p. 11-23.

MARTINS, Carlos Benedito. Encontros e desencontros da sociologia e educação no Brasil. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 53, p. 161-169, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18085.pdf>>. Acesso em: nov. 2010.

PETITAT, André. *Produção da escola/produção da sociedade*: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Tradução Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A sociologia da educação entre o funcionalismo e o pós-modernismo: os temas e os problemas de uma tradição. *Em aberto*, Brasília, n. 46, p. 3-12, abr./jun. 1990.

_____. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TURA, Maria de Lourdes R. Durkheim e a educação. In: TURA, Maria de Lourdes R. (Org.). *Sociologia para educadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. p. 25-61.

VILELA, Rita A. T. Max Weber: 1864-1920. Entender o homem e desvelar o sentido da ação social. In: TURA, Maria de Lourdes R. (Org.). *Sociologia para educadores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2002. p. 63-96.

Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes

Departamento de Educação
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Doutora em Educação (Unesp/Araraquara)

Recebido em 3 de dezembro de 2010
Aprovado em 15 de dezembro de 2010